



## ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)

**Data:** 18/04/2013

**Horário:** das 10:00h às 12:30h

**Local:** MCTI – BRASÍLIA - DF

### 1. PRESENTES

#### 1.1 – Membros do Comitê Gestor

Luiz Antonio Rodrigues Elias – MCTI – Presidente do CT-INFRA

Luiz Carlos Rego – MEC

Paulo Speller – MEC (representante)

Guilherme Sales Melo – CNPQ (representante)

Fernando de Nielander Ribeiro – FINEP (representante)

Jorge Almeida Guimarães – CAPES

José Ivonildo do Rêgo – Comunidade Científica – por videoconferência

Renato Machado Cotta - Comunidade Científica

#### Ausência Justificada

Amaro Lins – MEC

Gláucius Oliva - CNPq

Glauco Antonio Truzzi Arbix – FINEP

#### 1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Ana Lúcia Delgado Assad – MCTI/ASCOF

André Cabral de Souza - FINEP

Elianne Prescott – MCTI/ASCOF

Emmanuel Fagury Tourinho – ANDIFES

Jesualdo Pereira Farias – ANDIFES

Monique Silva – MCTI/ASCOF

Ricardo Rosa – FINEP

Targino Araujo Farias – ANDIFES

### 2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura - Presidente do Comitê
2. Aprovação da Ata da 37ª Reunião
3. Apresentação da situação das decisões tomadas pelo Comitê em 2013 – FINEP
4. Balanço da execução do Fundo em 2013 e Apresentação da situação da carteira de projetos do PROINFRA – FINEP
5. Debate – Comitê e Convidados
6. Outros assuntos:
  - 6.1. Documento de Diretrizes
  - 6.2. Calendário de reuniões 2013

### 3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

#### 1. Boas vindas do presidente do Comitê

A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do MCTI e Presidente do Comitê Gestor, Luiz Antonio Rodrigues Elias, que deu boas vindas a todos os presentes. Ele leu a pauta da reunião e questionou se os membros gostariam de incluir algum tema para a discussão. Todos concordaram com a pauta da reunião.

#### 2. Aprovação da Ata da 37ª Reunião

A ata da 37ª Reunião do Comitê Gestor do CT-INFRA foi aprovada sem alterações.

#### 3. Apresentação da situação das decisões tomadas pelo Comitê em 2013 – FINEP

O Presidente do Comitê iniciou o tópico retomando as duas ações aprovadas para o exercício de 2013 na reunião do dia 19 de dezembro de 2012:

- CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA – INFRAESTRUTURA EM CAMPI ESTADUAIS E MUNICIPAIS - 02/2013, no valor de R\$ 30 milhões do FNDCT e contrapartida igualitária de instituições intervenientes estaduais (totalizando um valor de R\$ 60 milhões);
- CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013, no valor total de R\$ 370 milhões subdivididos em Instituições Públicas de Ensino Superior e/ou de Pesquisa (R\$ 300 milhões) e Campi Regionais das Universidades Federais (R\$ 70 milhões).

Foi destacada ainda a ação transversal "Apoio a Projetos Institucionais de Implantação de Infraestrutura de Pesquisa em Universidades Comunitárias", no valor de R\$ 30.000,00 que, embora não tenha recursos provenientes do Fundo, ajuda a compor com as outras duas ações um esforço intensivo para reforçar a infraestrutura de ensino e pesquisa no País e ampliar a capacidade do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Como de costume, o Presidente do Comitê reforçou a importância da ação conjunta entre a CAPES e o MCTI. Retomou também a discussão a respeito da necessidade de um processo de avaliação e acompanhamento das ações aprovadas pelo Comitê.

O Presidente passou então a palavra ao Sr Fernando de Nielander Ribeiro que representou a FINEP nesta reunião.

Inicialmente, o representante da FINEP apresentou um balanço de ações da última chamada realizada pela FINEP.

- CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2011

A chamada teve lançamento em 2011 e o julgamento das propostas se deu em 2012. A demanda bruta foi de 180 projetos e R\$ 1.224,6 milhões. Destes, apenas 97 projetos foram aprovados e totalizam R\$ 403 milhões. Até a apresentação, 62 projetos já haviam sido contratados, 16 projetos encontravam-se em fase de contratação e 19 foram arquivados. O desembolso totalizava R\$ 32,6 milhões. A demora no desembolso foi justificada com base no atraso da sanção da LOA, realizada apenas no dia 04 de abril de 2013. Os 19 projetos arquivados totalizam R\$ 78 milhões e, segundo o representante da FINEP, prejudicam a execução orçamentária do Fundo. Os projetos, no entanto, podem ser desarquivados mediante solução das pendências documentais.

Posteriormente, passou às ações aprovadas na última reunião:

- CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013

A chamada, no valor total de R\$ 370 milhões (R\$ 300 mi + R\$ 70 mi para Campi regionais) foi lançada em 06 de fevereiro e estará aberta para submissão de propostas até o dia 17 de maio. A data prevista para divulgação de resultado em 25 de outubro, com expectativa de primeiras contratações ainda neste ano;

- CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA – INFRAESTRUTURA EM CAMPI ESTADUAIS E MUNICIPAIS - 02/2013

O representante da FINEP relembrou as informações já fornecidas pelo Presidente do Comitê a respeito do valor da chamada, de R\$ 30 milhões, e da contrapartida igualitária por parte das intervenientes estaduais. Informou ainda que a minuta da chamada já estava pronta e aguardava apenas as últimas determinações quanto ao cronograma.

- A ação transversal "Apoio a Projetos Institucionais de Implantação de Infraestrutura de Pesquisa em Universidades Comunitárias", no valor de R\$ 30.000,00, e de natureza correlata ao Fundo tinha seu TR sob análise no MCTI.

Em um segundo momento de sua fala, o representante da FINEP apresentou um acompanhamento da carteira dos projetos aprovados no âmbito do CT-INFRA. As informações quanto ao número de projetos e seu andamento, bem como o seu desembolso estão resumidas

nos dois quadros a seguir.

Quadro 1. Carteira de projetos CT-INFRA

CHAMADA	NÚMERO DE PROJETOS			
	EM CONTRATAÇÃO	EM DESEMBOLSO	TOTALMENTE DESEMBOLSADOS	TOTAL
PROINFRA (A partir do INFRA 04)	28	267	525	820
CAMPI	6	63	98	167
INSTITUCIONAIS	0	0	144	144
<b>TOTAL DAS PRINCIPAIS AÇÕES CT-INFRA</b>	<b>34</b>	<b>330</b>	<b>767</b>	<b>1.131</b>

\*Existem 37 projetos arquivados, no valor de R\$ 127 milhões

Quadro 2. Recursos da carteira de projetos CT-INFRA

CHAMADA	VALORES (R\$ Mi)			
	EM CONTRATAÇÃO	JÁ DESEMBOLSADO	SALDO A LIBERAR	TOTAL
PROINFRA (A partir do INFRA 04)	100,0	1.075,7	753,8	1.929,6
CAMPI	9,8	132,6	51,2	193,6
INSTITUCIONAIS	0,0	216,8	0,0	216,8
<b>TOTAL DAS PRINCIPAIS AÇÕES CT-INFRA</b>	<b>109,8</b>	<b>1.425,1</b>	<b>805,1</b>	<b>2.340,0</b>

O representante da FINEP ressaltou que a carteira com recursos do CT-INFRA ultrapassa mil projetos, em sua maior parte derivados das últimas três chamadas. Há, no entanto, projetos em andamento referentes à Chamada de 2005. Esta situação revela uma dificuldade por parte das instituições na execução dos projetos e leva a recorrentes pedidos de prorrogação de prazos.

No intuito de ilustrar melhor o quadro, o Sr. Fernando Ribeiro, propôs um avaliação com um corte nas últimas cinco chamadas, assumindo que as demais ações, fora esforços no sentido contrário, tendem a seguir as mesmas tendências. A avaliação da carteira com base no quantitativo de projetos e em seu valor é resumida nos dois seguintes quadros:

Quadro 3. Avaliação da Situação da Carteira com base no quantitativo de projetos

Chamada	Aprovado	Desembolsado	Saldo a ser desembolsado			Arquivado
			Em Execução	Em Contratação	Total	
	nº projetos	nº projetos totalmente desembolsados	nº projetos	nº projetos	nº projetos	nº projetos
CTINFRA/01	102	81	17	1	18	3
CTINFRA/06	119	65	53	0	53	1
CTINFRA/05	110	33	73	2	75	2
CTINFRA/10	118	27	71	12	83	8
CTINFRA/11	97	5	57	16	73	19
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>211</b>	<b>271</b>	<b>31</b>	<b>302</b>	<b>33</b>

Quadro 4. Avaliação da Situação da Carteira com base no valor dos projetos

Chamada	Aprovado	Desembolsado	Saldo a ser desembolsado			Arquivado
			Em Execução	Em Contratação	Total	
Valor Total	Valor Total	Valor Total	Valor Total	Valor Total	Valor Total	Valor Total
CT-INFRA/07	159,5	142,0	12,8	-	12,8	4,8
CT-INFRA/09	360,0	245,8	108,0	-	108,0	6,2
CT-INFRA/09	358,2	185,5	168,6	2,1	170,7	2,1
CT-INFRA/10	361,0	77,9	239,1	25,1	264,2	18,9
CT-INFRA/11	403,0	32,6	220,6	71,9	292,5	78,0
<b>Total</b>	<b>1.641,7</b>	<b>683,8</b>	<b>749,1</b>	<b>99,1</b>	<b>848,2</b>	<b>110,0</b>

De acordo com os dados apresentados, resta ainda a desembolsar 8% dos recursos aprovados para a chamada de 2007, aproximadamente 50% para a chamada de 2009 e cerca de 73% para a chamada de 2010. Assim, segundo o representante da FINEP, mantidas as tendências, haverá um impacto orçamentário das ações atuais até 2018. Este cenário apresenta-se como um desafio tanto para o Comitê Gestor quanto para a própria Agência.

Preocupada com esta situação e seguindo recomendações de órgãos de controle, a FINEP iniciou um projeto de soluções integradas para acompanhamento que resultou em uma redução do estoque de 1.200 convênios.

Alguns fatores foram apontados como determinantes destes atrasos:

- a inadimplência em convênios anteriores que suspende o processo de contratação de novos convênios até sua resolução;
- a inadimplência e pendência com órgãos financeiros e fiscalizadores (SIAFI, CAUC, etc);
- Pendências documentais para desembolso de recursos para obras (projeto básico, RGI, licença ambiental);
- Atraso de prestações de conta e relatórios parciais, que atrasam a liberação de novas parcelas;
- Uma espécie de disputa com as ações do REUNI, que compete na mobilização dos esforços de execução das instituições (o que aponta para a necessidade de colaboração das grandes ações governamentais de infraestrutura, de forma a não impor uma escolha às instituições);
- Aquecimento do mercado de construção, que eleva os preços e diminui a disponibilidade de profissionais;
- Falta de estruturas administrativas institucionais necessárias para a execução dos projetos.

Encerrando sua apresentação, o representante da FINEP destacou o fato de que o PROINFRA já completa 10 anos de chamadas periodicamente lançadas e que somam mais de R\$ 4 bilhões. Sugeriu que o acumulado de dados ao longo desses anos deve servir para realizar um estudo que avalie o impacto destas ações na infraestrutura das Instituições contempladas, bem como para o ensino, para a pesquisa, para a formação de recursos humanos, para o mercado e para a sociedade. O estudo deveria demonstrar falhas de gestão a serem trabalhadas, melhorias importantes ao longo do percurso da chamada, bem como novas diretrizes e indicar áreas prioritárias.

O Presidente do Comitê agradeceu a fala do Sr Fernando e lembrou que já houve um esforço interno do Ministério em avaliar a atuação de todos os Fundos Setoriais, realizado por meio de um estudo do IPEA. Este estudo apontou que o impacto nas pesquisas ficou aquém do esperado, principalmente entre as "ciências duras". O estudo deveria priorizar não a produção de meros indicadores, mas sim traçar novos rumos, novas estratégias de investimentos.

O CT-INFRA teve uma importância histórica inegável para a recuperação da infraestrutura de ensino e pesquisa no País. Por muitos anos este setor não possuía a irrigação necessária. Neste

momento, a infraestrutura já chegou a um patamar em que se poderia pensar e analisar a necessidade de enfoque em determinadas áreas estratégicas.

O Presidente do Comitê abriu, então, a discussão para os demais participantes.

O Sr José Ivonildo ressaltou a importância das medidas da FINEP. Ressaltou, no entanto, a importância da regularidade das chamadas, que cria uma rotina nas Universidades, inclusive no tocante aos documentos necessários para a submissão. Outro ponto de sua fala foi a necessidade de revisão da sistemática do repasse dos recursos, já que a liberação dos recursos em parcelas se justifica para as obras, mas dificulta a aquisição de equipamentos. Sugeriu ainda uma análise atenta aos projetos arquivados, para que as criticidades possam ser revertidas em melhorias das próximas chamadas.

O Sr Fernando Nielander analisará a possibilidade técnica dos repasses únicos para equipamentos, e julgou, a princípio, a sugestão positiva. A análise dos projetos arquivados, segundo ele, foi analisada e motivou o projeto de soluções integradas, bem como a exigência dos documentos no ato da submissão já na chamada PROINFRA 2013.

O Sr Jorge Guimarães reforçou a fala do Presidente do Comitê sobre a importância do PROINFRA para a recuperação da infraestrutura de pesquisa do País. Julgou, no entanto, que a morosidade e tendência de arraste dos projetos por muitos anos, e a expansão do REUNI, entre outros fatores, sinalizam um novo cenário em que o Comitê deve questionar os rumos dos investimentos. Sugeriu que a execução de obras fosse assumida pelo MEC e o PROINFRA assumisse um caráter mais estratégico e centrado no financiamento de equipamentos.

O Sr Jesualdo Pereira Farias, representante da ANDIFES, destacou os impactos positivos da periodicidade das chamadas na organização das Instituições que, inclusive, tem setores específicos destinados à gestão dos recursos e projetos do PROINFRA. Destaca, assim, que a demora por vezes é devida a fatores referentes aos documentos e relatórios intermediários que atrasam as obras e as encarecem. Portanto, é importante analisar o arquivamento dos projetos levando em consideração as etapas já concluídas das obras e esforço de sua execução. Caso contrário, o arquivamento subutiliza os recursos públicos, pois as obras, sem recursos adicionais, não podem ser concluídas e não são utilizáveis.

Já o Sr Targino Araújo Farias, também da ANDIFES, destacou que o diferencial do PROINFRA é sua periodicidade e que, em algumas instituições, seu aporte de recursos é mais significativo do que o REUNI. Destacou que algumas exigências, como a conclusão de 80% da obra para a liberação da segunda parcela, podem ser fatores complicadores, já que dentro de uma mesma instituição é financiada mais de uma obra e o atraso de uma causa atraso e encarecimento das demais.

O Sr Renato Cotta acrescentou que a última chamada foi mais rigorosa, com a exigência prévia de documentos. Questionou sobre a possibilidade de manter uma carteira de projetos em segunda prioridade para compensar os arquivamentos. Suscitou ainda a questão da aparente competição interna causada pela existência da distinção entre campi fora de sede e o restante do PROINFRA.

O Sr Paulo Speller, membro do Comitê e Secretário da Secretaria de Ensino Superior do MEC, deu seu testemunho pessoal da importância do PROINFRA e do salto de qualidade na pesquisa brasileira. Relatou que o REUNI também encontra fatores complicadores na execução de suas obras e ressaltou a importância de uma solução sistêmica para a infraestrutura de ensino e pesquisa brasileira que inclua o distensionamento sobre as fundações de pesquisa e sua presença na gestão dos recursos das Universidades.

O Sr Emmanuel Fagury Tourinho, da ANDIFES, argumentou a respeito da maior facilidade de aquisição de equipamentos com os recursos da CAPES.

O Presidente do Fundo ponderou que os recursos do MEC têm prerrogativas de execução diferentes dos demais Ministérios. E que o fundo tem por objetivo legal o apoio a infraestrutura da pesquisa, não podendo, portanto, abrir mão de apoiar e financiar obras necessárias a pesquisa e ensino.

O Representante da FINEP fez uma retomada dos pontos colocados no debate. Quanto aos cancelamentos por não cumprimento dos prazos, ressaltou a importância da ação dentro da legalidade que estabelece uma prorrogação de mesmo período e no máximo de cinco anos e que o pedido de prazo adicional deve ser realizado antes do vencimento do convênio. Estes pedidos são revistos caso a caso e levam em consideração o andamento das obras. A revisão da sistemática do repasse de recursos para parcela única será analisada em suas possibilidades técnicas e orçamentárias. Quanto à defasagem do metro quadrado da construção, ressaltou que este ajuste pode ser feito por receita financeira do convênio e que repasses adicionais de outros órgãos como a SESU podem ser positivos. Quanto à configuração da chamada com distinção entre os campi fora de sede e os demais subprojetos, esta foi tomada por decisão do Comitê e está sob sua responsabilidade a reavaliação.

Após a exposição do representante da FINEP, o Presidente do Comitê classificou o debate como rico e ressaltou a importância da avaliação do fundo, no que foi seguido pelos demais membros, resultando na aprovação de uma ação com este fim.

No fim da reunião, a chamada para Universidades Estaduais e Municipais, ação aprovada na



última reunião, recebeu sugestões para que sua redação seja feita de tal forma a priorizar a seleção de Universidades com menor potencial competitivo na Chamada PROINFRA convencional.

#### 4. DELIBERAÇÕES

Foram tomadas as seguintes deliberações pelo Comitê Gestor:

1. Aprovar uma ação de avaliação de impactos do PROINFRA, com instrumento a ser determinado pela área técnica.
2. Aprovação da ata da 37ª Reunião União Ordinária do CT-INFRA.

  
LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

Brasília, 19 de abril de 2013.